Jornal Anasps

Informativo da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

número 89 - Ano 17

Novo Presidente do INSS

pág 04

Momento da posse do novo Presidente. Compondo a mesa o Secretário-Executivo do MPS, Carlos Eduardo Gabas, o Presidente do INSS empossado Lindolfo Neto de Oliveira Sales, o Ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho, usando da palavra e o ex-Presidente do INSS, Mauro

Impresso Especial
9912284525-DR/BSB
ANASPS
CORREIOS

ANASPS vinte anos depois

pág 03

20 anos Anasps

FUNPRESP criada

pág 04

Novidades jurídicas

pág 06

Últimas Conquistas da ANASPS

- Ação do pecúlio facultativo da GEAP
- Pagamento da 2ª ação dos 28,86%
- Pagamento da 3ª ação dos 28,86%
- Pagamento da 6ª ação dos 28,86%
- Pagamento dos 3,17% do MPS
- Pagamento da 4ª ação dos 28,86%
- Contagem de tempo especial para aposentadoria MI 959

Que a magia da noite de Natal transforme todos os seus sonhos na mais bonita realidade, e que o Ano Novo seja cheio de paz, saúde e prosperidade.
É o que deseja a ANASPS.

Cuidado com a vigarice

Uma entidade denominada ANAPAI vem dirigindo correspondência aos associados da ANASPS fazendo falsas promessas, que jamais cumprirão.

Todas as ações que ela promete já estão devidamente patrocinadas pela ANASPS, várias delas já vencidas.

Não caia nessa vigarice que, infelizmente, tem prosperado no Brasil.

Várias são as entidades que têm siglas semelhantes à ANASPS, buscando dela extrair seu elevado conceito nacional, confundindo o servidor. Uma delas, inclusive, se denomina ANASP. Pilantragem a ser denunciada.

Polícia nelas!

Atualize seu endereço através da nossa página na Internet. Acessando o endereço http://www.anasps.org.br, você clica no Link "Filiação /Atualização". É só preencher os espaços em branco e enviar. Conectando outro Link, "Voz do associado", você dá sua opinião sobre a atuação da ANASPS. Não deixe de participar! Dando sua opinião você exerce o papel de associado. É muito importante para nós!

EDITORIAL

A pouca sensibilidade do governo levou os servidores à greve

sensação, em 2011 e 2012, em termos de relacionamento do governo com os servidores públicos federais, era de que um inesperado presidente conservador, ou até mesmo um remanescente do regime ditatorial, havia assumido a Presidência da República.

Acostumadas ao bom tratamento conquistado nos dois períodos do governo Lula, as entidades representativas dos servidores sentiram-se, de repente, como se fossem adversárias tradicionais e aguerridas dos novos governantes que, pensava-se, nessa matéria, seriam também a continuidade do governo anterior.

Grave engano: o Ministério do Planejamento, encarregado de negociar com as entidades de servidores, fechou-se em copas. Durante muito tempo sequer eram recebidas e, após longas tentativas, aquelas poucas que tiveram a honra (?) de um rápido contato, voltavam desanimadas: a perspectiva, nesses primeiros encontros, é de que o reajuste salarial da classe somente ocorresse no ano de 2014, coincidentemente de eleição presidencial.

Diversas categorias funcionais do Serviço Público Federal tiveram o ultimo reajuste salarial em 2008. Esperar 2014 seria enfrentar uma redução do poder de compra superior a 30% (trinta por cento). Diante da forte reação havida, envolvendo os servidores do Executivo, Judiciário e Legislativo, houve por bem o Ministério do Planejamento em abrir uma janela no processo de negociação, isso já bem próximo do envio ao Congresso Nacional do Orçamento Geral para 2013.

As entidades que participaram dessa "negociação" sentiram-se embromadas, tratadas com pouco ou nenhum respeito em relação às suas reivindicações especificas. Voltaram de mãos vazias, sem quaisquer promessas práticas.

> "A ANASPS recebeu numerosas reclamações de previdenciários de todo o Brasil quanto a não participação dos servidores do INSS no movimento grevista. "

Enquanto isso, o governo municiava a mídia conservadora nacional com informações que buscavam caracterizar os servidores federais como verdadeiros "marajás", fazendo coro com um ex-presidente da República.

Segundo o noticiário, parece que a política salarial pretendida pelo governo era a de exigir do servidor a prestação de um serviço de elevadas complexidade e responsabilidade, mediante baixa remuneração. A mídia exultava e fazia comparações as mais absurdas com trabalhadores da iniciativa privada, induzindo a impressão de se tratarem, os servidores, de verdadeiros privilegiados. Logo eles, que ingressam na Administração Federal mediante concursos públicos altamente concorridos.

Esqueceram, por exemplo, de comparar o que ganha um Ministro do Supremo Tribunal Federal (eles são apenas onze), todos de notório saber, e um gerente de banco de primeira linha. E olha que a remuneração do Ministro é o teto de ganho na União.

O governo, por esse procedimento absolutamente incompatível com sua pregação anterior, acabou por perder a confiança do funcionalismo dos Três Poderes, e isso é muito ruim para a própria República. Restabelecer esse relacionamento vai ser tarefa ingente de alguma autoridade de grande porte do governo, pois o descontentamento é profundo.

A ANASPS recebeu numerosas reclamações de previdenciários de todo o Brasil quanto a não participação dos servidores do INSS no movimento grevista. A Entidade, que sempre colaborou decididamente nas greves anteriores, também desconhece as

Carreira do Seguro Social - Reestruturação

Embora as grandes dificuldades vividas no atual momento em relação ao funcionalismo federal, a ANASPS continua sua luta junto ao MPS e ao INSS no sentido da reestruturação da carreira, nos termos propostos pela entidade e amplamente divulgados em seus informativos.

EXPEDIENTE

Jornal ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social

SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 - Edifício ANASPS Brasília - DF Cep.: 70303-000 Tel: (061)3321-5651 Fax: (061)3322-4807 **Internet:** www.anasps.org.br / **e-mail:** anasps@anasps.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Paulo César Régis de Souza (SC)
Vice-Presidente de Política de Classe
Verônica Maria Monteiro da Rocha (RJ)
Suplente
Miguel de Brito Guimarães Filho (MG)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
José Mario Teperino (RJ)
Suplente
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Vice-Presidente de Administração Financeira
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Patrimônio
Francisco das Chagas Câmara Rayol (DF)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Comunicação Social
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Cauby de Sá Palmeiras (RJ)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Assuntos Juridicos
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Suplente
Maria Célia Abreu Jardim (ES)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
José Julio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)
Conselho Fiscal
Presidente
Márcia Regina Horta Piva (SP)
Membros
Elizabeth Custódio (DF)
João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF)
Suzana Esteves Ramos (DF)
Justina Conche Farina (MS)

ANASPS vinte anos depois

essas duas primeiras décadas de sua existência a ANASPS dedicou-se, integralmente, em defender todos os servidores previdenciários das 19 categorias funcionais do INSS. O Porteiro e o Procurador mereceram dela toda a atenção relativamente a seus respectivos problemas. Não foram poucas as vezes em que o Porteiro teve a prioridade maior, por razões óbvias.

Em nenhum momento também a Previdência Social foi esquecida. Muitas foram as lutas da ANASPS, notadamente quando, na década de 1990, havia um forte movimento pela privatização da previdência pública. Felizmente a Previdência Social, vencidos os seus adversários, encontra-se hoje forte e saudável, uma das maiores em todo o mundo.

O Ministério da Previdência Social, ora responsável pela área de seguro social, teve, num passado relativamente próximo, outras denominações e outros encargos sociais, como sejam Trabalho, Saúde e Assistência Social.

Com os vários desdobramentos da estrutura orgânica da Administração, milhares de colegas de outros tempos estão espalhados por vários ministérios, boa parte deles sem qualquer representação classista que os assista nos seus respectivos problemas, nas áreas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

A ANASPS está mobilizada para reunir esses milhares de colegas, muitos deles absolutamente indefesos, sob sua bandeira que, seja permitida a imodéstia, tem prestado relevantes serviços na defesa dos previdenciários, ativos e aposentados/pensionistas.

Nessa segunda etapa, cujos primeiros passos já foram dados, a ANASPS, escudada em sua larga experiência na área, vai procurar esses colegas, conhecer seus problemas funcionais e os dos órgãos a que pertencem e propor as soluções apropriadas, sejam elas administrativas, legislativas ou judiciais.

Diretor Executivo da GEAP: um cargo de alta rotatividade

iretor Executivo da GEAP é um dos mais bem remunerados da União, sendo cerca de 60% maior do que recebe o próprio Presidente da República, isso sem contar as outras benesses pagas ao diretor. Somente o salário mensal é superior a R$ 40.000,00.

Não estamos discutindo a capacidade desses últimos diretores, mas, sim, a elevada rotatividade dos mesmos. Não se sabe, sequer, se algum deles tenha tido oportunidade de propor um programa de gestão capaz de tirar a GEAP do atoleiro financeiro e administrativo em que ela se encontra nos últimos anos.

O Conselho Deliberativo - Condel, da GEAP, integrado por representantes dos patrocinadores e dos servidores, paritariamente, é ágil em aprovar o aumento das contribuições dos servidores em até 300%, numa época em que os salários estão congelados. Mas, pouco ou nada se faz para esclarecer a real situação em que se encontra a Entidade. Nem exigem que o diretor executivo apresente um plano de trabalho destinado a sanear a GEAP e torná-la viável.

O número de trabalhadores da GEAP, a remuneração média, as reservas legais obrigatórias e outros elementos são compatíveis com o mercado das operadoras, especialmente daquelas cujo nível de serviços se iguala aos prestados pela GEAP? São perguntas que ficam sempre sem respostas. A solução costumeira encontrada é jogar os encargos nas costas dos servidores, que estão a cada dia mais sufocados.

É urgente uma mudança radical na GEAP antes que chegue ao fundo do poço, o que parece próximo ▪

Para exemplificar a alta rotatividade dos diretores executivos da GEAP, fornecemos a seguir a lista abaixo:

Regina Ribeiro Parizi Carvalho
12 de junho de 2003 a 12 de julho de 2006
Regina Ribeiro Parizi Carvalho
12 de julho de 2006 a 20 de novembro de 2009
Antônio Carlos Conquista
24 de novembro de 2009 a 08 de novembro de 2010
Carlos Célio de Andrade Santos
12 de abril de 2011 a 06 de julho de 2012
Paulo Eduardo de Paiva Gomes da Silva
A partir de 20 de julho de 2012

Dia do Servidor: o que comemorar

o ponto de vista do governo a data passou sem qualquer comemoração especial, o que era de se esperar, dado o tratamento ora dispensado à classe, em muitos casos tratada como um peso à sociedade, um visão estreita e indigna.

Para nós, servidores públicos, que cumprimos funções essenciais do Estado em proveito da sociedade brasileira, especialmente dos seus segmentos mais desprovidos, isso não deve nos desanimar, pois, ao longo dos tempos, nos acostumamos a superar governos pretensamente poderosos que, ao fim e ao cabo, têm como final um doloroso ostracismo.

A ANASPS, nos últimos anos, teve várias conquistas como, por exemplo, a jornada de trabalho de trinta horas para os previdenciários e as variadas ações judiciais promovidas, muitas delas integralmente vencidas.

Essas vitórias animam ainda mais a ANASPS a continuar suas lutas em prol da melhoria da GEAP, do reajuste salarial anual preconizado na Constituição Federal (art. 37, X) e a reestruturação do Plano de Cargos e Salários do INSS.

Unidos, superaremos todos os entraves atuais, na certeza de que um Serviço Público forte e competente é arma fundamental para o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira ▪

FUNPRESP criada

Presidente da República, mediante o Decreto N.º 7808, de 20 de setembro do corrente ano, criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP-Exe, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Entenda o Decreto, em linhas gerais:

a – a FUNPRESP-Exe destina-se a administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário;

b – a FUNPRESP-Exe atuará de acordo com o disposto na lei e em seu estatuto, e sua estrutura organizacional será constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;

c – caberá ao MPOG a elaboração do estatuto inicial da FUNPRESP-Exe, a celebração de convênio de adesão com a FUNPRESP-Exe em nome dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo Federal. Além disso, o MPOG exercerá as funções de órgão responsável;

d – também, é incumbência do MPOG o aporte inicial, a título de adiantamento de contribuições futuras, bem como o aporte, desconto e transferência das contribuições dos servidores participantes e, ainda, a supervisão e fiscalização sistemática das atividades da FUNPRESP-Exe em nome dos órgãos federais do Poder Executivo;

e – poderão celebrar convênios de adesão com a FUNPRESP-Exe, na qualidade de patrocinadores, o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União.

Esses são os pontos mais importantes do referido decreto e a ANASPS continuará a informar seus associados sobre o assunto, à medida que novos fatos ocorrerem ▪

Novo Presidente do INSS

Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2012, publicou a exoneração do presidente do INSS, Mauro Luciano Hauschild e a nomeação de Lindolfo Neto de Oliveira Sales para exercer a presidência da autarquia.

O novo presidente já exercia cargo de relevância no Ministério da Previdência Social e a ANASPS deseja que ele tenha pleno sucesso na nova e desafiadora missão.

Por um dever de justiça, a ANASPS ressalta o valioso trabalho desenvolvido por Mauro Hauschild à frente do INSS durante toda a sua gestão, em proveito dos milhões de trabalhadores e segurados da autarquia e, extensivamente, por seus dedicados servidores.

A ambos, a ANASPS deseja pleno sucesso.

Por oportuno, conheça melhor o novo presidente via um sucinto currículo: Lindolfo Neto de Oliveira Sales, natural de Recife, é professor do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Engenharia Civil pela Universidade de Missouri (EUA), foi também diretor-geral do Detran (RN) e secretário

Notícias do Ministério da Saúde

Saúde 1 - Considerando os servidores ativos, aposentados e os instituidores de pensão, o Ministério da Saúde era, em mar/2012 o segundo Ministério, com 182.180 servidores, perdendo apenas para o Ministério da Educação, que tem 346.679.

O Ministério da Saúde tinha 51.235 servidores ativos (leia mais na nota 3), 89.928 servidores aposentados, sendo 39.082 homens e 50.846 mulheres, e 41.017 instituidores de pensão, sendo 35.755 homens e 5.262 mulheres.

Os dados não incluem servidores do SUS e terceirizados ▪

Saúde 2 - A maior concentração dos servidores do Ministério da Saúde está no Rio de Janeiro, com 79.501 servidores, sendo 33.285 ativos, 30.556 aposentados e 15.660 instituidores de pensão, seguindo-se São Paulo, com 12.581 servidores, sendo 1.443 ativos, 8.407 aposentados e 2.731 instituidores de pensão; Minas Gerais, com 10. 047 servidores, sendo 1.027 ativos, 6.320 aposentados e 2.700 instituidores de pensão; Pernambuco, 8.960, sendo 858 ativos, 5.215 aposentados e 2.887 instituidores de pensão; Brasília (DF), com 8.854 servidores, sendo 4.109 ativos, 3.284 aposentados e 1.461 instituidores de pensão; Ceará, 8,103, sendo 920 ativos, 4.736 aposentados e 2.447 instituidores de pensão ▪

Saúde 3 - A idade média dos servidores civis ativos do Ministério da Saúde, na administração direta, é 49 anos, sendo 51 para os homens e 47 para as mulheres; nas autarquias de 45 anos para os homens e 43 para as mulheres e nas fundações de 50 anos para os homens e

Benefícios dos servidores: equiparações

Urge que o governo federal promova a urgente equiparação dos benefícios devidos aos servidores federais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, pelo valor mais alto atualmente pago.

Esses benefícios são o vale-alimentação, o auxílio-creche e a quota patronal para custeio do plano de saúde dos servidores e dependentes.

Em seguida, que esses valores sejam reajustados a partir de 2013.

Nada se conquista sem luta

A ANASPS nasceu em 1992 na luta de então pela carreira própria da Previdência Social. Aos poucos, fruto de muito trabalho e persistência, os planos de carreira foram sendo reestruturados em condições sempre mais favoráveis aos previdenciários. A Associação está certa e segura de que superará as dificuldades atuais e que a reestruturação será, afinal, conquistada. Os descrentes (felizmente são muito poucos) ficarão mais uma vez no caminho... ▪

Novas e valiosas lutas do INSS

O Instituto está determinado a patrocinar ações regressivas contra aqueles que provocarem acidentes de trânsito ou promoverem agressões a mulheres, nos casos em que essas ocorrências representarem despesas de benefícios previdenciários. Os autores serão devidamente processados para a plena reposição ao INSS das despesas havidas ▪

As boas consequências da medida

Além do recebimento desses valores, o INSS está contribuindo grandemente para reduzir os acidentes de trânsito com vítimas – que no Brasil vêm crescendo assustadoramente – como também evitando, em conformidade com a Lei Maria da Penha, a perversa e repulsiva agressão às mulheres. Os autores serão duplamente punidos ▪

Expansão Contida

A expansão das agências da previdência social (APS), tão comemorada no Brasil por trabalhadores e beneficiários, está sendo contida por redução orçamentária e falta de pessoal, segundo se informa. A ANASPS, defensora intransigente do projeto desde seu lançamento, busca sensibilizar o governo para a grande importância da implantação dessas agências no atendimento a sua vastíssima clientela ▪

13º Salário sem IR

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) apresentou projeto de lei vedando a cobrança de Imposto de Renda incidente sobre o 13º salário pago ao servidor e ao trabalhador. Há bom apoio ao projeto por parte dos demais senadores e a ANASPS vem se mobilizando, juntamente com outras entidades, no sentido da rápida aprovação da matéria no Senado Federal ▪

PEC – 555/2006

A ANASPS continua sua luta pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 555/06 que extingue a contribuição previdenciária cobrada dos aposentados e pensionistas, criada pela Emenda Constitucional nº 41/03. Há requerimento de deputados pedindo a inclusão da PEC 555/06 no Plenário da Câmara.

Registre-se que a Emenda 041, de 2003, foi uma das matérias aprovadas com compra de votos de deputados, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no exame do processo do mensalão. É pois uma emenda impura, que pode vir a ser questionada quanto a sua validade. A ANASPS está atenta ▪

Outras Matérias

Importante decisão do TCU beneficiando os servidores

Abono de permanência independe de idade

Em recente Acórdão do Tribunal de Contas da União – 1482/2012 – Plenário, ficou estabelecido que, para o recebimento do Abono de Permanência (valor da contribuição para a Previdência Social), somente será observado o tempo de serviço, não havendo, portanto, a necessidade de idade mínima para aposentadoria (art. 3° da Emenda Constitucional 47) ▪

Dos males o menor

Apesar de não permitir que fosse aumentada a cota estabelecida dos servidores do INSS que passaram no último concurso, o Ministério do Planejamento, pelo menos isso, permitiu que fossem chamados novos concursados, para substituir os que, convocados, não assumiram ou já pediram demissão. Com isso, o INSS convocou 200 novos servidores ▪

Saldo Negativo

Apesar das 1.500 nomeações, o INSS fechará 2012 com elevado deficit de pessoal. O que mantem a instituição são mais de 10 mil servidores que poderiam estar aposentados, mas que preferem continuar trabalhando para não perder a função. Mesmo porque, aposentado, perderão 30% de seus vencimentos e tão cedo não terão aumento ▪

Concurso público urgente

Ministro da Previdência Social e o Presidente do INSS tudo têm feito no sentido de dotar esses órgãos do pessoal necessário ao pleno exercício de suas tarefas tão relevantes, mas as dificuldades são enormes.

Principalmente no INSS, os cargos vagos decorrentes das aposentadorias havidas ou próximas de se efetivarem, são de grande vulto. Além disso as necessidades de preencher os cargos das novas agências já instaladas e aquelas em processo de instalação, demandam que os concursos públicos destinados a selecionar e contratar esses servidores sejam realizados com toda a urgência.

Que o Ministério do Planejamento agilize rapidamente seus processos internos e que promova a realização desses concur-

NOVIDADES JURÍDICAS

REAJUSTE DE 3,17% PARA OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA OS CÁLCULOS FORAM HOMOLOGADOS.

ANHAMOS! O processo transitou em julgado e está em execução (AO 1998.34.00. 024345-9/2003. 34.00. 035360-2). O juiz havia determinado à União que esclarecesse se nos cálculos apresentados haviam sido deduzidas e compensadas todas as parcelas pagas administrativamente. A União prestou os esclarecimentos solicitados, asseverando que as parcelas administrativas já foram deduzidas do montante apresentado. Em 26/09/2012, foi publicada a sentença (dos embargos à execução) que homologou os cálculos e determinou que se prossiga com o regular trâmite da execução. Aguardamos agora a autuação/inscrição das requisições de pagamento - RPVs. Lembramos que as RPVs serão pagas em até 60 (sessenta) dias após a autuação. Os beneficiários desta ação receberão, por carta, informações sobre o valor apurado, sobre o nº e data de autuação da RPV e sobre os procedimentos para levantar o valor que será depositado ▪

GDAT – ATENÇÃO AUDITORES FISCAIS APOSENTADOS!

ANASPS impetrou o mandado de segurança (nº 1999.34. 00. 025 802-1 -20ª Vara JF/DF), por meio do qual obteve decisão judicial que reconheceu o direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT aos auditores-fiscais aposentados e pensionistas nas mesmas condições pagas aos servidores em atividade. O processo transitou em julgado. Iniciaremos agora a fase de execução, encaminhando cópia da procuração para que os associados interessados autorizem a execução (cálculos /pagamento). A carta com os esclarecimentos e modelo de procuração será remetida em breve para a residência dos associados beneficiários ▪

GANHAMOS, EM 2ª INSTÂNCIA, A 1ª AÇÃO DOS ANUÊNIOS (AO 95.00.13849-2/ AC 1997.01.00.030823-0-2ª Turma – TRF – 1ª Região)

ação objetiva a contagem do tempo de serviço prestado pelo servidor celetista para fins de anuênios. Em 06/09/2012, foi publicado o acórdão que, julgando parcialmente o pedido da Anasps, reconheceu o direito dos associados ao cômputo do tempo de serviço público federal prestado sob o regime celetista, para efeito de anuênios. De acordo com a referida decisão, os valores atrasados, observada a prescrição quinquenal, deverão ser acrescidos de correção monetária e juros, na forma do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Ainda cabe recurso

DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DE VALORES RECEBIDOS EM VIRTUDE DE DECISÃO LIMINAR POSTERIORMENTE REFORMADA/CASSADA

uando o servidor recebe alguma vantagem (gratificação, diferença salarial, etc.) por força de decisão liminar e essa decisão vem a ser cassada, a Administração Pública toma a iniciativa de apurar o valor recebido durante a vigência da liminar e exigir a reposição ao erário. Nesse instante, surge a dúvida: essa devolução é devida? Caberia a alegação de recebimento indevido, mas de boa-fé por erro da Administração?

A devolução ao erário, nesse caso, é devida, pois não se trata de recebimento indevido por erro da Administração, embora de boa-fé, mas de recebimento a título precário/provisório em virtude de decisão judicial, que atrai consequências distintas do recebimento por equívoco da Administração, principalmente a obrigação de devolver ao erário os valores então recebidos.

Nesse sentido tem se manifestado o Superior Tribunal de Justiça, conforme ementa de recentíssima decisão, abaixo transcrita:

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO LIMINAR POSTERIORMENTE CASSADA. PROVIMENTO PRECÁRIO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS.

1. "É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que os valores indevidamente pagos por força de decisão judicial liminar posteriormente revogada são passíveis de devolução." (AgRg no AREsp 40.007/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 16.4.2012).

2. Não sendo o caso de valores recebidos de boa-fé pelo servidor em decorrência de errônea interpretação ou má aplicação da lei pela Administração Pública, devem ser devolvidas as quantias recebidas. Precedentes do STJ.

3. Recurso Ordinário não provido. (Processo RMS 34244 / SC; Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN; Órgão Julgador:SEGUNDA TURMA; Data do Julgamento: 02/08/2012; Data da Publicação/Fonte DJe 23/08/2012)" ▪

NOVAS AÇÕES

PROCESSO N.º	ASSUNTO
Mandado de Injunção nº 4948 STF	**AUSÊNCIA DE REVISÃO GERAL ANUAL DE REMUNERAÇÃO_ ART. 37,X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL –** ação objetivando que seja reconhecido o estado de mora do Poder Executivo em revisar a remuneração dos filiados à Anasps, e suprida a omissão, seja determinada a imediata implantação das revisões remuneratórias não concedidas nos últimos anos. Processo concluso ao Ministro Relator Ricardo Lewandowski.
0043572-06.2012.4.01.3400 15ª Vara JFDF	**GEAP – SUSPENSÃO DO REAJUSTE ABUSIVO DETERMINADO PELA RESOLUÇÃO GEAP/CONDEL Nº 616/2012.** Ajuizamos esta ação coletiva, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela (espécie de medida liminar), para os associados da Anasps, objetivando suspender o reajuste exorbitante dos planos de saúde da GEAP, autorizado por meio do Convênio nº 1/2012-INSS/GEAP e Resolução/GEAP/CONDEL n.º 616/2012, de modo que os descontos referentes à contribuição para os planos de saúde da GEAP passem a ser realizados de acordo com o convênio anteriormente firmado entre a GEAP e o INSS e que ao final, julgado procedente o pedido, a GEAP seja condenada a devolver a diferença entre o que efetivamente foi descontado e o que deveria ter sido, tudo acrescido de juros e correção monetária. Assim que a decisão for proferida, daremos ampla divulgação.
MS 19176 STJ	**DIVULGAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA –** ação objetivando a suspensão dos efeitos da Portaria Interministerial 233/2012 no tocante à a) divulgação do nome completo e do número de CPF dos filiados à ANASPS, juntamente com a respectiva remuneração/subsídio, de sorte que sejam disponibilizados apenas o SIAPE/matrícula do servidor e a remuneração; b) possibilidade de busca dos valores percebidos apenas pelo primeiro nome do servidor, sendo necessário o apontamento de outros dados para que se localize a informação procurada. Processo aguardando decisão.

FALE CONOSCO / DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE - Rusemberg de Lima Costa
End/Trab. Avenida Getúlio Vargas, 1273, 6º andar
Bosque Rio Branco - AC - 69908-650 / Tel: (68) 2106-5192/2106-5150 Fax: (68) 3224-6479 / anasps.ac@gmail.com

■ ALAGOAS - Mércia Maria Malta Oliveira Santos
Rua Zacarias de Azevedo 399 Ed. Trade Center 2º andar sala 212/214 Maceió - AL 57020-470 / Tel: (82) 3326-9036
Fax: (82) 3326-0076 anasps-al@anasps.org.br

AMAPÁ - Renilda Cantuária de Siqueira Pinto
Rua Tiradentes, 1335, 1º andar Trem Macapá – AP 68900-120
Telefax: (96) 3222-5988
anasps-ap@anasps.org.br

■ AMAZONAS - José Gonçalves Campos
Rua 24 de maio, 220 9º andar sala 901, Ed. Rio Negro Center -Centro Manaus - AM 69010-080 Telefax: (92) 3233-7731
anasps.amazonas@gmail.com

■ BAHIA - José Júlio Martins de Queiroz
Rua Conselheiro Dantas, 2224 Ed. Bradesco - Sala 504 Comércio Salvador - BA 40015-070 Telefax: (71) 3326-7648
anasps-ba@anasps.org.br

■ CEARÁ - Joaquim José de Carvalho
Rua Pedro Borges 75 Ed. Seguradora Brasileira 9º andar Salas 901/903 Centro Fortaleza - CE
60055-110 Tel: (85) 3226-0892 Fax: (85) 3221-1238
anasps-ce@anasps.org.br

ESPÍRITO SANTO - José Carlos Welff
Rua José Alexandre Buaiz, 190 Ed. Master Tower - Sala 1604 Enseada do Suá Vitória - ES 29050-918 Tel: (27) 3345-6525
Fax: (27) 3345-6668 / Tel.: (27) 3345-6525
anasps-es@anasps.org.br

■ GOIÁS - Marlene Nogueira Viscal Rocha
Avenida Anhanguera, 3712 Ed. Palácio do Comércio - 13º andar - Sala 1303 Centro Goiânia - GO 74643-010 Telefax: (62) 3223-4527 anasps-go@anasps.org.br

■ MARANHÃO - Maria do Socorro Lemos Barreto
Rua do Alecrim, 319 - Centro São Luis - MA 65010-040
Tel: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410 /
anasps-ma@anasps.org.br

■ MINAS GERAIS - Maria Alice Rocha Silva
Rua Espírito Santo, 466 Ed. Hércules - Salas 1606/1608 Centro Belo Horizonte - MG 30160-030 Tel: (31) 3213-8120
Fax: (31) 3213-8119 / anasps-mg@anasps.org.br

■ MATO GROSSO DO SUL - Justina Conche Farina
Rua 26 de agosto, 384 14º andar - Sl. 142/148 CentroCampo Grande - MS 79002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375 anasps-ms@anasps.org.br

MATO GROSSO - Maria Tereza de Morais Zanchim
Rua Batista da Neves, 22 Ed. Comodoro 6º andar sala 603 Centro Norte Cuiabá - MT 78005-600 Tel/Fax: (65) 3623-8986 anasps-mt@anasps.org.br

■ PARÁ - Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Avenida Nazaré nº 272 Ed. Clube de Engenharia, 8º andar sala 806. Nazaré - Belém - PA 66.035-170
Tel: (91) 3223-7328 / Fax: (91) 3225-4693
anasps-pa@anasps.org.br

■ PARAÍBA - Djair da Silva Pinto Filho
Avenida Guedes Pereira, 55 Ed. Oriente Center 4º andar Salas 404/406 Centro - João Pessoa - PB 58010-810 Telefax: (83) 3321-7123
anasps-pb@anasps.org.br

■ PARANÁ - Marília Luzia Martins Dias
Rua Marechal Deodoro, 252 9º andar - Conj. 901 Centro Curitiba - PR 80010-010 Telefax: (41) 3039-1062
anasps-pr@anasps.org.br

PERNAMBUCO - Noé de Paula Ramos Júnior
Rua Radialista Amarilio Niceas, 103 Santo Amaro Recife - PE 50040-040 Tel: (81) 3221-8219 / Fax: (81) 3221-4894
anasps-pe@anasps.org.br

PIAUÍ - Elzuila da Silva Ferreira
Rua Simplício Mendes, 747 Centro Norte Teresina - PI 64000-110 Telefax: (86) 3221-4058
anasps-pi@anasps.org.br

■ RIO DE JANEIRO - Manoel Ricardo Palmeira Lessa
Avenida Presidente Vargas 509, 8º andar - Centro Rio de Janeiro - RJ 20.071-003 Tel: (21) 2508-7446
Fax: (21) 2252-6159 / anasps-rj@anasps.org.br

RIO GRANDE DO NORTE - Maria Leide Câmara de Oliveira
Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 Alecrim Natal - RN 59040-220 Tel: (84) 3213-3786 Fax: (84) 3213-3929
anasps-rn@anasps.org.br

■ RIO GRANDE DO SUL - Circe Noeli Severo
Rua dos Andradas, 1234 Sala 1106 Bloco A - Centro Porto Alegre - RS 90.020-008 Tel: (51) 3225-9611
Fax: (51) 3286-7277 / anasps-rs@anasps.org.br

RONDÔNIA - Maria das Graças Leite Viana Galvão
Avenida 07 de setembro, 1071/1083, Sala 27 da Galeria Central - 1º andar Centro Porto Velho - RO 76801-028
Telefax: (69) 3223-7990
anasps-ro@anasps.org.br

RORAIMA - Lindaura Ferreira Mota
Avenida Glaycon de Paiva, 86 Sl. 1611 Centro Boa Vista - RR 69301-250 Telefax: (95) 4009-1600 ramal 1611
anasps.rr@gmail.com

SANTA CATARINA - Paulo Cezar Rios
Avenida Prefeito Osmar Cunha, 183 Bl. "B" Ed. Ceisa Center - Sala 1110 Florianópolis - SC 88015-100 Telefax: (48) 3223-6813 anasps-sc@anasps.org.br

SERGIPE - Antonio Roberto de Melo
Rua São Cristóvão, 270 Ed. Santana - 1º andar Centro Aracaju - SE 49010-380 Tel: (79) 3214-0110
Fax: (79) 3211-4042
anasps-se@anasps.org.br

SÃO PAULO - Maria Alice Cristina Amorim Catunda
Rua 24 de maio, 35 12º andar - Salas 1201/1202
São Paulo - SP 01041-001 Tel: (11) 3222-4736
Fax: (11) 3221-1680 anasps-sp@anasps.org.br

■ TOCANTINS - Wilian de Oliveira Luz
212 Norte, Alameda 07 Lote 04 Plano Diretor Norte Palmas - TO 77006-314 Telefax: (63) 3215-5720
anasps-to@anasps.org.br

■ DISTRITO FEDERAL - Elienai Ramos Coelho
SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 - Edifício ANASPS Cep.: 70303-000 Brasília - DF - Tel: (61) 3321-5651 Fax: (61) 3322-4807

■ Sede própria ■ Em fase de reforma e adaptação

Os servidores foram despojados de suas aspirações

Paulo César Régis de Souza (*)

última greve dos servidores deve ser analisada de frente para o futuro. Quem protesta, já perdeu. Pois bem, protestamos, até com veemência em determinados momentos, mas perdemos. Por quê?

Em inúmeras oportunidades, tenho demonstrado, sem que tenha sido desmentido, que as despesas com o pessoal (Executivo, Legislativo e Judiciário) correm muito abaixo dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Sei também que com o crescimento do PIB abaixo do estimado, a crise do dólar, do euro, das bolsas, a receita corrente líquida pode ser impactada. Também tenho escrito que o forte controle nos gastos com pessoal concursado é acompanhado pelo forte descontrole das despesas com pessoal comissionado e terceirizado, sem que o zeloso Ministério do Planejamento enfrente esta "bolha" que agride as contas públicas. Tenho alertado que há 25 mil comissionados (não concursados) no Executivo, sem qualificação técnica e profissional, recebendo os mais altos salários.

Há espaço, sim, para rearrumação da área de pessoal federal: civis, militares, ativos, aposentados e instituidores de pensão. A União paga mais a um coronel da PM de Brasília e dos ex territórios do Amapá e de Roraima do que a um General do Exército!

Imagino que isto não é prioritário, por clamor da mídia do governo a nova lei de greve se tornou mais importante! A greve foi apresentada como fato mais grave do que a segurança pública zero e a morte de pessoas por falta de atendimento.

Perdemos porque o governo não negociou e impôs unilateralmente o que afirmou (sem admitir contestação) ser possível conceder no momento: 15,8% para os civis e 30% para os militares, em três anos, abrindo um largo horizonte de conforto para o próprio governo que concederá reajustes em 2014, ano da sucessão presidencial, e em 2015, 1° ano do novo governo. Até lá, se possível, ajustes pontuais.

Os 15,8% e os 30% não guardam relação com a inflação passada ou com a inflação futura. Não repõem perdas acumuladas inclusive as de 2012, que virou "buraco negro"... Também não se encaixam as expectativas dos altos servidores, que recebem por subsídios, e nas esperanças da massa dos 400 mil ou mais que estão no "carreirão", sem perspectivas de carreiras, cargos e salários. Com isso, o governo definiu sua política de Recursos Humanos até 2015, corrigindo apenas algumas das inúmeras distorções que afligem milhares de servidores ativos.

Perdemos porque houve uma certa má vontade da mídia impressa, eletrônica e digital com a greve em si e com os servidores públicos federais em particular. Em passado recente, os grevistas eram compreendidos. Contribuiu para isso a divulgação dos salários de alguns. Foi decisiva a má qualidade dos serviços públicos, em saúde, transporte, habitação, saneamento, energia, telefones, educação, segurança pública. Os bilhões do PAC que chegam aos montes para as empreiteiras, inclusive a Delta, não chegam aos "pacatos cidadãos" que se vingam nos servidores!

> **Os 15,8% e os 30% não guardam relação com a inflação passada ou com a inflação futura. Não repõem perdas acumuladas inclusive as de 2012, que virou "buraco negro".**

A mídia tomou posição a favor do governo e contra os servidores. Ponto final. Cobriram a greve com a indiferença e a distância da guerra civil na Síria com 25 mil mortos!

Havia algo no ar, além dos aviões de carreira!

Perdemos porque as lideranças se omitiram, se acovardaram. Muitas delas se afastaram dos sindicatos. As centrais e as federações sindicais nos altos empregos com super salários contribuíram para a desmobilização, desmotivação, despolitização e desengajamento. Os negócios espúrios de muitos deles com a verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT desmoralizaram tais lideranças.

Perdemos porque o governo se armou até os dentes, jogou bruto, sujo e pesado. Objetivo: nada sobre a greve e, de preferência, porrada sobre os servidores que incomodaram a vida dos "pacatos cidadãos".

Perdemos porque foram plantadas notícias contra nós: a contra-propaganda produziu impactos na opinião pública: " Oferta de um percentual de reajuste de 15,8%, parcelado até 2015", "Governo aumenta em 133% despesa com folha de pagamento de servidores federais em oito anos"; "A pesada conta da greve. Cofres públicos gastaram R$1,2 bilhões em 513 dias de paralisação de servidores desde 2005"; "Ação da AGU junto ao STJ que mandou descontar os dias parados"; "Servidor recebeu reajustes acima do avanço do PIB. Estudo mostra que, nos últimos nove anos, valor médio pago cresceu 33%, para 7,2 mil".

Perdemos porque fomos divididos, acuados, encostados na parede, e quando reagimos o fizemos desorganizadamente.

Não contando com o governo, com a oposição, com a mídia, com o Congresso e com os poderes públicos, o STJ foi induzido a mandar cortar o ponto dos grevistas, ficamos perdidos, desconectados com o nosso próprio mundo.

Temos que repensar nossa forma de agir. Dos nobres e dos plebeus. Dos que estão no teto dos salários e dos que foram abandonados à sua própria sorte. Somos servidores. Temos compromissos com o Estado que nos paga, com os contribuintes e com nossas famílias. Há um sentimento de crise no país. A crise que afundou a Grécia e ameaça Portugal, Espanha, Itália e França já chegou aqui. As pessoas sentem nas ruas, nos supermercados, nas novelas, no futebol, na banalização da vida, no afrontamento das instituições, no sucateamento de tudo que é público, de qualquer ente, União, estados e municípios.

Milhares de servidores aceitaram os 15,8%. Voltaram ao trabalho por acreditar que seria melhor ficar com pouco do que nada. Os militares às voltas com suas sucatas se acomodaram com os 30%.

O saco de bondades da Presidente Dilma se esgotou. Desde FHC que se co-

(*) Paulo César Régis de Souza é Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social - ANASPS.